



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS
CNPJ 67.360.404/0001-67

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 59, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025.

“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE CEROL, LINHAS CHILENAS OU DE QUALQUER MATERIAL CORTANTE EM LINHAS, FIOS E SIMILARES UTILIZADOS PARA EMPINAR PIPAS E CONGÊNERES, ESTABELECE PENALIDADES, DEFINE ÓRGÃOS FISCALIZADORES, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 568, DE 21 DE AGOSTO DE 2013”.

MARCELO LISBOA MACHADO, prefeito do município de Campina do Monte Alegre, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 109 da Lei Orgânica Municipal,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica terminantemente proibido, em todo o território do Município de Campina do Monte Alegre:

I – o uso de cerol, linhas chilenas ou qualquer material cortante, químico ou abrasivo em linhas, fios, cordões ou similares utilizados para empinar pipas, papagaios, pandorgas ou semelhantes;

II – a fabricação, comercialização, transporte, fornecimento, distribuição ou armazenamento desses materiais com a finalidade de aplicação em linhas e fios de pipa.

Art. 2º O cidadão que infringir a presente Lei estará sujeito às seguintes penalidades:

I – apreensão imediata dos objetos utilizados na prática;

II – multa no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) na primeira infração;

III – multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) em caso de reincidência;

IV – multa de até R\$ 1.000,00 (mil reais) em caso de reincidência superior a duas vezes, sem prejuízo de responsabilização criminal, nos termos da legislação penal e do Código de Trânsito Brasileiro, quando couber.



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS
CNPJ 67.360.404/0001-67

§ 1º Os recursos arrecadados com as multas serão destinados ao Fundo Municipal de Segurança Pública e ao Fundo Social, devendo ser aplicados em campanhas educativas, programas de prevenção de acidentes, ações de segurança e ações de assistência social.

Art. 3º A fiscalização do cumprimento desta Lei ficará a cargo da:

I – Guarda Civil Municipal;

II – demais órgãos de segurança e fiscalização competentes, que atuarão de forma integrada.

Art. 4º O Poder Executivo, por meio da Secretaria competente, deverá realizar campanhas permanentes de conscientização nas escolas, meios de comunicação e espaços públicos, a fim de alertar a população sobre os riscos do uso do cerol, linhas chilenas e similares.

Art. 5º Fica revogada a Lei Municipal nº 568, de 21 de agosto de 2013.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito,
Campina do Monte Alegre, 22 de setembro de 2025.

MARCELO LISBOA MACHADO
Prefeito Municipal



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS
CNPJ 67.360.404/0001-67

JUSTIFICATIVA

Ao Excelentíssimo Senhor
José Geraldo Lopes Junior

DD. Presidente da Câmara Municipal de Campina do Monte Alegre

Colênda Câmara Legislativa, Excelentíssimos

Senhores Vereadores,

Nesta,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa C. Câmara Legislativa o incluso Projeto de Lei que: ***“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE CEROL, LINHAS CHILENAS OU DE QUALQUER MATERIAL CORTANTE EM LINHAS, FIOS E SIMILARES UTILIZADOS PARA EMPINAR PIPAS E CONGÊNERES, ESTABELECE PENALIDADES, DEFINE ÓRGÃOS FISCALIZADORES, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 568, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.”***

A atualização da norma se faz necessária diante da gravidade dos acidentes que vêm sendo registrados em todo o país. O uso de cerol e linhas chilenas representa uma ameaça real à integridade física e à vida de motociclistas, ciclistas, pedestres, bem como de aves e animais. Tais práticas têm ocasionado inúmeros acidentes, muitos deles fatais, o que evidencia a urgência de medidas mais rigorosas de prevenção.

A Lei de 2013, embora tenha representado um importante marco de conscientização, encontra-se defasada em relação ao valor das multas, à clareza na definição dos órgãos fiscalizadores e à necessidade de campanhas educativas permanentes. O presente projeto de lei busca, portanto:

- Aumentar os valores das multas, de modo a desestimular a prática;
- Destinar os recursos arrecadados a fundos específicos de segurança pública e assistência social, permitindo reinvestimento em campanhas educativas e ações preventivas;
- Definir expressamente a Guarda Civil Municipal e demais órgãos competentes como responsáveis pela fiscalização;



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS
CNPJ 67.360.404/0001-67

- Prever campanhas permanentes de conscientização, especialmente em escolas, meios de comunicação e espaços públicos.

Assim, este Projeto de Lei não apenas endurece as penalidades, mas também fortalece a consciência social sobre os perigos do cerol e de linhas cortantes, representando um avanço na proteção da vida, na prevenção de acidentes e no fortalecimento da segurança pública em nosso município.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Vereadores para aprovação desta proposição, que visa proteger a vida, prevenir acidentes e reforçar a segurança de toda a população de Campina do Monte Alegre.

Campina do Monte Alegre, 22 de setembro de 2025


MARCELO LISBOA MACHADO
Prefeito Municipal